

EDIFICAÇÕES NA CIDADE DE CARUARU – PE: CONDOMÍNIOS FECHADOS E AUTOCONSTRUÇÕES

Laudenor Pereira da Silva¹

Resumo

Graças ao crescimento vegetativo e à migração, o município de Caruaru contabilizou mais de 250 mil habitantes no último recenseamento. Obtendo altos percentuais de crescimento demográfico, os problemas habitacionais se agravam, já que os poderes públicos não conseguem dar respostas para a constante necessidade de abrigo seguro para as pessoas. Nos últimos anos, presenciamos a construção de altos edifícios que são ocupados pela classe alta da cidade. Mas, duas situações chamam mais a atenção, na atualidade: os condomínios fechados, onde a classe média busca abrigo e segurança, e as construções realizadas pelos próprios donos de terrenos em diversos loteamentos espalhados pelo município. Este trabalho se propõe a abrir a discussão sobre os tipos de habitação no município de Caruaru, analisando as aspirações e condições econômicas de seus ocupantes.

Palavras-chave: geografia urbana, segregação sócio-espacial, Município de Caruaru.

Abstract

Due to vegetative growth and migration the Municipality of Caruaru, in the last census, totalized more than 250.000 inhabitants. As a consequence of the high demographic growth rates, housing problems are aggravated, specially since the public institutions cannot provide immediate response to the continuous demand for safe dwellings. In recent years, one has witnessed the construction of high-rise

¹ www.laudenorpereira@ig.com.br

residential blocks for the city upper classes. Notwithstanding, contemporarily two circumstances draw the attention of the observer: the appearance of self-contained condominiums, where the middle-classes seek for shelter and security, and the spontaneous constructions carried out by land owners scattered in several land subdivisions within the city. This article aims at discussing the type of private residences in the Municipality of Caruaru, analysing the aspirations and economic conditions of their dwellers.

Keywords: urban geography, socio-spatial segregation, Municipality of Caruaru.

INTRODUÇÃO

Caruaru tem-se destacado como cidade-pólo no interior do Estado de Pernambuco, conseguindo oferecer variados serviços às populações de outras cidades. São destaques os serviços educacionais e médicos, sem se falar do comércio, através de suas feiras.

A origem do município ocorreu a partir de uma fazenda de criação, perto do rio Ipojuca, na rota de passagem do gado criado nos sertões que abasteciam de carne a região canavieira do Estado.

Cardoso (1965, p. 57) salienta que *“...foi graças à instalação de uma feira, para a qual eram levados os produtos obtidos nos brejos próximos e na própria caatinga subjacente, que se desabrochou o povoado que transformar-se-ia mais tarde na cidade de Caruaru”, e que “...a presença dos brejos possibilitou a expansão do povoado inicial...”*

A OCUPAÇÃO ECONÔMICA

A vida econômica de Caruaru é bem diversificada, variando desde a agricultura nos brejos (frutas, hortaliças, flores...), pecuária leiteira e de corte nas áreas semi-áridas, indústria de confecções populares, até indústria farmacêutica. Mas, o que predomina é o comércio, formal e informal. Segundo o IBGE, atualmente

predomina a atividade comercial, com 60% representada no setor informal. A indústria e os serviços têm segunda colocação.

Quanto à agricultura, destaca-se em terceiro lugar, segundo o IBGE, só direcionada para a subsistência. Porém, em observações diretas, sabemos ter uma agricultura de cunho comercial, tanto nas áreas de brejos, com frutas, hortaliças, flores..., quanto nas margens do rio Ipojuca, onde são plantados o repolho, o tomate e o pimentão, irrigados com a “água” desse rio. Nas áreas mais secas, planta-se a mandioca para a fabricação da farinha que é comercializada nas feiras e na CEACA – Central de Abastecimento de Caruaru. Portanto, necessita-se de mais aprofundamento no estudo da capacidade de produção agrícola do município.

DIFERENÇAS ENTRE OS BAIRROS

Em 1962, Cardoso (1965) relatava as diferenças entre alguns bairros de Caruaru. O Maurício de Nassau possuía duas áreas distintas: a parte a leste da avenida Agamenon Magalhães era formada de residências mais confortáveis e habitada por comerciantes e industriais. A parte a oeste, de crescimento espontâneo, era formada de ruas sinuosas e sem calçamento, ocupada por pessoas com nível de vida baixo.

O bairro da Rua Preta (atual São Francisco) tinha uma população de classe média ocupando as três principais ruas (que eram e ainda são um mesmo prolongamento). Nas outras ruas, a ocupação era da classe proletária.

Mas, os bairros tipicamente proletários, segundo ela, eram o Salgado, com grande número de desempregados, e o Centenário, o mais pobre de todos. O Centro (atual Nossa Senhora das Dores) era o local do comércio e onde se localizavam as agências bancárias.

Quando uma aglomeração urbana começa a se firmar como centro regional, verificam-se dois processos simultâneos:

- ampliação do espaço urbano:
- modificações sensíveis na própria estrutura urbana.

Atualmente Caruaru conta com 23 bairros, nos quais notamos determinadas especializações.

O Centro (Nossa Senhora das Dores) continua com sua função especial de aglutinar a maioria das casas comerciais e das agências bancárias. No Maurício de Nassau são concentrados os serviços médicos e as residências da classe de maior poder aquisitivo. O Salgado, o mais populoso de todos, continua abrigando gente pobre, mas em certas ruas, como a Tupy e a Santa Rita, o comércio voltado para o apoio à indústria do vestuário está em expansão. Aí também são muitas as fábricas de roupas tipo sulanca. O Centenário já não tem mais espaço para crescer horizontalmente, especializando-se em local de residências.

É interessante notar que, com o passar do tempo, outras áreas, noutros bairros além do Centro, começam a se firmarem como locais de comércio, de indústria e de serviços. São exemplos atuais:

As margens da BR 104, desde o viaduto com a BR 232, avançando para o norte até o encontro com a PE 095, onde são encontradas empresas vendedoras de carros, caminhões e ônibus, peças para veículos, indústrias de confecções, materiais para construção, madeireiras, renovadoras de pneus, retíficas, oficinas diversas, despachantes etc., atingindo vários bairros, pois esta via serve como limite entre alguns.

A rua Visconde de Inhaúma e a avenida Agamenon Magalhães, no Maurício de Nassau, também se destacam pelas várias empresas que possuem, variando desde o comércio grossista de gêneros alimentícios e de limpeza, a vendedoras de veículos e de peças e despachantes. A Agamenon Magalhães possui a primeira e única, até agora, agência bancária fora do Centro.

A avenida Vera Cruz e seu prolongamento, a avenida Leão Dourado, destacam-se pelas lojas de móveis e de tecidos e aviamentos, além de material para construção, no bairro São Francisco. No Petrópolis, as avenidas Lourival José da Silva, Azevedo Coutinho e Capitão Zezé possuem muitas lojas de vestuário e de tecidos e aviamentos. Ficam praticamente dentro da Feira da Sulanca.

No bairro Boa Vista (antes COHAB's I e II), a avenida Caruaru se destaca pela variedade de seu comércio e serviços (farmácias, supermercados, armarinhos,

vídeo-locadoras, açougues...) voltados para a satisfação do consumo familiar local e adjacências.

A avenida Mestre Vitalino, no bairro Alto do Moura, tem sido destaque com suas lojas de artesanato. Oferecendo produtos locais ou de outras partes do país, os artesãos, nos últimos anos, estão investindo em edificações e instalações que dão características de modernidade e bom gosto. Além de desenvolverem a indústria artesanal, também se tornam comerciantes, à medida que também fortalecem a característica turística do local.

Outros exemplos podem ser dados, demonstrando que a ampliação do espaço urbano traz modificações na estrutura urbana, mas isto requer estudos mais acurados.

POPULAÇÃO DOS 23 BAIRROS DE CARUARU NO CENSO 2000

BAIRRO	POPULAÇÃO	BAIRRO	POPULAÇÃO	BAIRRO	POPULAÇÃO
A.Magalhães	3.554	Indianópolis	10.013	Rendeiras	9.614
A. do Moura	6.167	João Mota	3.304	Riachão	5.565
Boa Vista	21.486	Kennedy	10.569	Salgado	39.632
Caiucá	4.825	M. Nassau	14.023	Sta. Rosa	11.334
Cedro	1.410	Morro B. J.	6.169	S. Francisco	9.763
Centenário	4.650	N.Sra.Dores	8.611	Universitário	4.001
Cidade Alta	2.534	N. Caruaru	3.015	Vassoural	15.835
Divinópolis	7.247	Petrópolis	12.227		

FONTE: IBGE – Caruaru.

A OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA

Mesmo com 928,1 Km² (IBGE, 2000), sendo um dos municípios detentores de maior área territorial do Agreste de Pernambuco, o problema da habitação é sério, principalmente para as populações de menor poder aquisitivo.

Sendo Caruaru um local importante, a população aumenta e, aliado à falta de assistência por parte dos órgãos políticos, aumentam, também, os problemas.

Dentre os maiores problemas, destaca-se a moradia/habitação. A expansão urbana da cidade ocorre para todas as direções. Para leste e oeste são criados loteamentos em “condições acessíveis” para aquisição de lotes por parte da população pobre.

Para o norte, margeando a BR 104, a expansão se dá com um diferencial “menos popular”. A partir do planejamento da implantação do Pólo Comercial de Caruaru e da escolha do terreno para a construção do Campus Avançado da Universidade Federal de Pernambuco, os terrenos ficaram mais valorizados, possibilitando a “seletividade” dos compradores.

A porção ao sul da cidade tem avançado em passo lento. Talvez isto se deva ao terreno mais acidentado ou ao interesse dos donos de terra que devem estar esperando maior valorização para adquirirem maiores rendimentos.

LOCAIS INADEQUADOS PARA HABITAÇÃO

O morro Bom Jesus, um inselberg “plantado” no meio da cidade, tem sua parte oeste (menos íngreme) totalmente ocupada por habitações. Suas outras faces (norte, sul e leste) ainda não foram totalmente ocupadas por causa de alguns abruptos ou enormes matacões que dificultam a construção de casas. Mas, parece ser questão de tempo, pois várias construções estão em andamento.

Toda a margem do rio Ipojuca é inadequadamente ocupada por habitações no perímetro urbano. Por ser um rio de regime temporário e as médias pluviométricas, entre 1960 e 2001 ficarem em 674,4 mm anuais (IPA, 2001), tais condições permitem tempo suficiente sem cheias, o que favorece a construção em seu talvegue.

Além da fedentina proveniente da poluição do rio e do perigo de contrair doenças, muitas famílias moram em casas construídas praticamente dentro do Ipojuca. Quando ocorrem os aguaceiros característicos do clima semi-árido, as enchentes provocam prejuízos materiais e humanos, a exemplo dos anos 2000 e 2004, quando o volume das águas do rio subiu bastante, cobrindo até os telhados de dezenas de casas, em todos os bairros por onde passa.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Em 1960, Caruaru contava com uma população absoluta de 65.031 habitantes. O censo de 2000 apresentou 253.634 hab., gerando um aumento de 290% em apenas 40 anos. Foram 188.603 pessoas a mais.

ANOS	TOTAL	%
1920	8.900	-
1940	24.600	176,4
1950	43.500	76,8
1960	65.031	49,5
1970	142.653	119,4
1980	172.532	20,9
1991	213.697	23,9
2000	253.634	18,7

FONTE: Revista Brasileira de Geografia e IBGE.

Segundo Cardoso (1965, p. 75), a maior expansão da cidade de Caruaru ocorreu:

- inicialmente pela chegada da estrada de ferro, no final do século XIX;
- mais tarde pelo desenvolvimento da rede rodoviária.

Em Caruaru, o mercado da construção civil está crescendo. Segundo o Jornal Extra de Pernambuco, baseado em pesquisa do IBGE, este setor movimentou o comércio local e favorece a geração de milhares de empregos diretos. De janeiro de 2005 a junho de 2006, foram registradas 34 novas construtoras formais pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) em Caruaru.

Enquanto o valor médio do metro quadrado no Estado é de R\$ 508,22, em Caruaru pode chegar até a R\$ 1.500,00.

Segundo o empresário Claustro Pacas, os investidores da construção civil, na cidade, têm como fatores motivacionais:

- instalações de grandes empresas;
- duplicação da BR 232;
- reforma do aeroporto;
- o pólo universitário.

Ele deveria ter citado a construção do gasoduto Recife-Caruaru, o qual trará melhores oportunidades para a instalação de novas empresas e adequação de custos com energia para algumas já existentes.

Os empresários da construção civil em Caruaru desenvolvem dois sistemas de empreendimento para a construção de edificações:

- Incorporação: quando o retorno do investimento se dá com a venda após a conclusão do imóvel;
- Condomínio: funciona como um tipo de consórcio.

Nos últimos seis anos, o aumento das vendas de imóveis cresceu bastante. Mesmo assim, o empresário Kiko Beltrão reclama pela falta de políticas públicas de incentivos, que deveriam beneficiar o setor.

Noutra vertente, temos as autoconstruções, em terrenos mais afastados do Centro, de aquisição mais facilitada, por causa do preço e do prazo para pagamento.

Moradia x habitação

Neste estudo, tentaremos fazer uma análise dos dois tipos de construção constantes do circuito imobiliário urbano em Caruaru.

Primeiro achamos necessário diferenciar moradia de habitação.

No nosso ver, moradia refere-se ao local que uma pessoa ou família pode descansar no final de uma jornada de trabalho, onde pode guardar objetos de uso pessoal ou familiar. Pode ser uma casa, apartamento, chácara, mansão ou, mesmo, uma calçada pública, uma ponte, uma praça, um local que, de certa forma, possibilite um abrigo dos rigores das intempéries. Não é à toa que muitos seres humanos são denominados de “moradores de rua”.

A habitação sugere um lugar mais seguro. Mesmo que algumas moradias não possam ser consideradas habitações (calçadas, pontes, praças), estas têm que ser construídas com a finalidade única de abrigar, em segurança, as pessoas que delas façam uso.

Segundo Rodrigues (1988, p.11), *“de alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos”*.

ACESSO À TERRA NO BRASIL

Durante o Brasil Colônia, a distribuição de terras era realizada pelo regime de sesmarias. Com a Independência em 1822, as concessões reais de terras foram suspensas. Até 1850 era possível tomar posse da terra quem dispusesse de recursos suficientes para ocupá-la.

Com a Lei das Terras (Lei 601), criada em setembro de 1850, só poderia ser reconhecido como proprietário jurídico da terra aquele que pudesse pagar por ela. Rodrigues (1988, p. 18) destaca que esta Lei definiu *“que a terra será vendida no mercado e que terá preço, que deverá ser inacessível aos trabalhadores, para que estes se constituam efetivamente em mão-de-obra para a lavoura”*.

A terra é capital, é mercadoria e sempre se valoriza. É um bem escasso e caro, mas imensamente necessário à sobrevivência. Ela se valoriza pela monopolização do acesso. Diferentemente de outras mercadorias que quando aumenta a oferta, diminui o preço, a terra sempre se valoriza quando aumentam os lotes e terrenos para venda.

Loteamentos

Num loteamento, é comum ser primeiro realizada a venda dos lotes localizados mais distantes dos equipamentos e serviços urbanos. Ocorrendo a ocupação, vai-se gradativamente liberando os lotes melhor localizados para a venda,

de forma planejada. Normalmente ficam lotes estrategicamente localizados com a finalidade de serem ocupados com o comércio de abastecimento diário.

Também é normal o loteamento de glebas, quando se deixa um terreno reservado vizinho a um loteamento já estabelecido e se implanta outro mais distante, esperando a criação de um novo espaço, o qual valorizará enormemente a área vazia entre os dois loteamentos.

Segundo Rodrigues (1988, p. 23), cerca de 70% das edificações nas cidades são habitações, sendo divididas da seguinte maneira:

I – Produção tipicamente capitalista. Vincula-se:

- a) à definição jurídica legal sobre a terra;
- b) ao processo de incorporação imobiliária (loteamentos regulares);
- c) à indústria da construção civil (insumos e edificação);
- d) aos financiamentos (capital financeiro).

Corresponde entre 10% e 20% das unidades edificadas para moradia.

II – Processo de autoconstrução: representa cerca de 70% das edificações nas grandes cidades. Vincula-se parcialmente ao circuito imobiliário urbano, pois a indústria da edificação está ausente.

III – Favelas e ocupações de terras: não estão vinculadas ao circuito imobiliário porque os fatores de construção estão ausentes.

É através da iniciativa privada que são abertos os loteamentos, cabendo ao Estado esclarecer o que pode ser feito e o que não se deve fazer.

Os loteamentos que não obedecem às normas são considerados clandestinos. Os moradores/compradores desses lotes não podem aprovar a planta da casa, sendo a construção também clandestina, não podendo desfrutar da escritura definitiva.

A autoconstrução

Rodrigues (1988, p.30) salienta que a autoconstrução é a maneira que a maioria dos trabalhadores brasileiros e da América Latina utilizam para resolver seu

problema de moradia. É um trabalho prolongado que requer muito tempo livre da família.

Mesmo esse tempo não sendo monetariamente calculado, faz parte do tempo de descanso dos fins de semana, quando o trabalhador (ou desempregado) deveria estar recobrando o desgaste físico e mental de uma semana de labuta (ou busca de emprego). É resultado da superexploração da força de trabalho, com salários aviltados que não permitem a compra de uma habitação já pronta ou o pagamento de aluguel de um imóvel adequado.

As pessoas que têm menores salários compram lotes/casas em locais distantes, onde a condição de venda é menos inacessível, mesmo com a carência de serviços e equipamentos públicos no local.

Quando passa determinado tempo de ocupação podem organizar-se para reivindicar os serviços públicos/coletivos necessários à sobrevivência. Com isso, estão aumentando o valor da terra (lotes ainda por vender ou glebas vazias), com os proprietários de terra tirando amplas vantagens.

Em Caruaru, o loteamento Monte Carmelo oferece terrenos de 7 x 20 metros de área por R\$ 5.700,00 à vista, ou R\$ 500,00 de entrada e mais 60 parcelas de R\$ 120,00. Para a família que ganha um salário mensal de R\$ 350,00, estas parcelas representam quase 35% do rendimento. Por isso, não é novidade encontrar famílias morando num cubículo, na parte traseira do terreno, muitas vezes feito com tábuas de construção, enquanto vão construindo nos fins de semana e feriados a moradia definitiva. Com isso, a indústria da edificação está fora, mas a de insumos se faz presente na maioria.

Nalguns casos, o material da construção (tijolos) é feito ou adquirido (argila, areia) no próprio entorno, completando com madeira, telhas ou portas/janelas reciclados, encontrados no lixo ou retirados de demolições.

Condomínios fechados

Além dos edifícios, Caruaru ultimamente conta com um tipo de difusão no seu conjunto urbano: os condomínios fechados, com guarita, segurança, muros altos, relativa condição de lazer, espaço de reuniões...

Entendendo por difusão "...o processo pelo qual a inovação é gradualmente adoptada por crescente número de pessoas através do espaço e ao longo do tempo" (Bradford & Kent, 1987, p.191). A expansão é um tipo de difusão provocada pelo aumento de pessoas adotantes, sucessivamente, com o passar do tempo.

São conjuntos de edificações (casas ou pequenos prédios com 4 pisos) cercados e colocados à venda para uma população que tenha condições de pagar.

Direcionados para a classe média, os prédios possuem apartamentos com espaço muito reduzidos, contando com 2 quartos, um banheiro, uma sala e uma estreita cozinha com uma parte para lavar roupa.

Com prestações a partir de R\$ 210,00 durante 15 anos, são muito procurados. Neste valor estão inclusos o pagamento da limpeza do espaço exterior aos apartamentos e a segurança.

Se compararmos com o valor do terreno anteriormente citado, poder-se-ia pensar que seria possível ao trabalhador comum, o de baixa renda, adquirir um apartamento desses já prontos. No entanto, a dificuldade se instala quando terá que comprovar a renda, à medida que a informalidade profissional (clandestinidade) nega-lhe a documentação necessária e a renda declarada oficialmente é inferior à necessária para que o sistema financeiro permita sua participação.

Não deve ser apenas a busca por um imóvel pronto que faz as pessoas procurarem estes condomínios. A segurança é um dos fatores de atração. A liberdade também as atrai.

Caruaru é uma cidade onde a violência é bem difundida. Sendo uma cidade-pólo e possuidora de movimentado comércio, atrai figuras indesejáveis, principalmente ladrões. Em suas estradas de acesso, normalmente ocorrem assaltos a ônibus e outros veículos. Sem falar dos "malfeitores" locais, com roubos a residências, crimes de morte e outras ações que a sociedade combate.

Mas o crime também é sensação, é diversão. O noticioso "Sem Meias Palavras", estampado na televisão na hora do almoço, pelo SBT (Sistema Brasileiro

de Televisão) local, de segunda a sexta-feira, mostra desde as ocorrências mais simples até gangues presas pela Polícia Federal, na região interiorana do Estado. A audiência deste programa ultrapassou os 65% em abril deste ano, segundo divulgação de vários *outdoors* espalhados pela região. O sucesso da violência é tão grande que lançaram nas bancas a revista *Sem Meias Palavras*, onde se pode “apreciar” com mais detalhes a ferocidade humana, ou, melhor seria dizer, desumana.

Essas pessoas que procuram esses condomínios buscam confiança, segurança, sensação aconchegante? Se sim, estão buscando uma comunidade. *“Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade”* (Bauman, 2001, p.10).

Alcançando a comunidade, isolados em muros que impedem a inserção de indesejáveis, a liberdade é limitada. Bauman (2003, p. 10) destaca que *“a segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atritos”*.

Ele reforça dizendo que até agora não foi criada uma maneira eficiente para ajustar segurança com liberdade, mas que isso não impede de se continuar procurando a solução adequada, ou seja, *“os prazeres que imaginamos em nossos sonhos”*.

Mesmo se tentando a máxima segurança, a comunidade é fragilizada por influências externas. Atualmente, a inserção da informática “mina” o entendimento comunitário, tornando-se difícil manter o controle interno. Por isso, o controle dentro da comunidade tem que se dar através do consenso que *“...não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade, e murros ocasionais”* (Bauman, 2003, p.15).

Mas, na impossibilidade da verdadeira comunidade, talvez os indivíduos estejam buscando uma identidade, ou seja, serem diferentes e singulares. Segundo Bauman (2003, p. 21), os construtores da identidade procuram *“...cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente*

experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos”.

Habitando um conjunto de edificações dos citados, a pessoa está sendo diferente da maioria da sociedade, o seu espaço é diferenciado. Como indivíduo ele é singular, porque não existe outro igual, mesmo que os problemas entre ele e os demais sejam parecidos.

Considerações finais

A autoconstrução muitas vezes possibilita a solidariedade. Nos finais de semana ou feriados, a pessoa que conseguiu comprar um lote/terreno ou mesmo necessite ampliar a edificação, pode convidar parentes e amigos “para dar uma forcinha”. Oferecendo a comida (dobradinha, feijoada...) e bebida (cachaça que é mais barata, se considerarmos os “efeitos imediatos” versus custo das doses), as famílias conseguem construir um local para viver.

Na colaboração dos seus iguais, também é buscada uma identidade, à medida que se torna igual àqueles que já conseguiram um lar, mesmo com toda dificuldade e a exaustão física.

Com o material de construção financiado pelo trabalho, Rodrigues (1988, p.32) afirma que *“em linhas gerais, a autoconstrução é um processo de trabalho extremamente penoso, com elevados custos individuais que recaem sobre os setores mais pauperizados”.*

Alcindo (2006, p. 59), baseado em Sabato, salienta que *“...as pessoas, os shoppings, condomínios fechados, favelas, significam o todo histórico como destino traçado, quando na realidade são engrenagens de um processo de uma razão histórica feita, em se fazendo e a ser feita, isto é, de uma sociedade em movimento”.*

Rodrigues, analisando os vários tipos de edificações do Brasil, demonstra que as desigualdades sociais são fruto da sociedade capitalista, cuja condição é

que determina os que devem viver bem e os que devem ter dificuldades para a sobrevivência, pois *“desde as mansões até os cortiços e favelas a diversidade é muito grande. Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos”* (1988, p. 12).

Na sociedade atual o indivíduo é forçado a se estabelecer como cidadão consumidor ou empreendedor individualista, porque pode correr o risco de se tornar um pária. Por isso, a necessidade de se buscar a solidariedade em contraposição ao individualismo. Como defende Alcindo (2006, p. 69 e 93), este resgate social poderá levar a uma *“...possível recomposição e reconfiguração de uma geografia na qual os homens possam se encontrar; reaprender a civilidade, a tolerância e a luta, enfim, a re-enxergar as vantagens da solidariedade...”*

No entanto, não devemos esquecer que a indústria da edificação tem a grande função de poder diminuir as tensões sociais, pois é considerada uma indústria reguladora, à medida que a sua expansão inevitavelmente provoca um significativo aumento de empregos.

Bibliografia

- AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRADFORD, M. G. & KENT, W. A. A Geografia Humana – teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987.
- CARDOSO, Maria Francisca T. C. Caruaru: a cidade e sua área de influência. In: Revista Brasileira de Geografia – outubro-dezembro de 1965.

IPA – INSTITUTO PERNAMBUCANO DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. Totais pluviométricos na Estação Caruaru – 1960 a 2001.

JORNAL EXTRA DE PERNAMBUCO – ANO V – nº 131. Construção civil em Caruaru avança na contramão dos índices do Brasil. Caderno D. Caruaru: 12 a 18 de agosto de 2006.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz & PECHMAN, Robert M. O que é questão da moradia. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras – habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1988.

SÁ, Alcindo José de. O Brasil encarcerado – das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo. Recife: UFPE, 2005.

SÁBATO, Ernesto. Homens e engrenagens. Tradução: Janer Cristaldo. Campinas – SP: Papyrus, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública: alguns exemplos recentes. In: Governos estaduais: desafios e avanços – reflexões e relatos de experiências petistas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

WEIL, Pierre. Relações humanas na família e no trabalho. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.